

Relatório de Estabilidade Financeira (REF)

Comentários

Banco Central do Brasil | Maio, 2023
Elaboração: Assessoria Econômica ABBC



Pauta

☐ Comentários

☐ Mercados Financeiros Internacionais

☐ Liquidez

- Captações totais, externas e domésticas
- Liquidez de curto prazo
- Liquidez de longo prazo

☐ Crédito

- Hiato
- Crédito Amplo
- Crédito às pessoas jurídicas e físicas
- Ativos Problemáticos
- Capacidade de Pagamento
- Provisões

☐ Rentabilidade

- Retorno sobre o patrimônio
- Resultado de Intermediação Financeira
- Eficiência Operacional

☐ Solvência

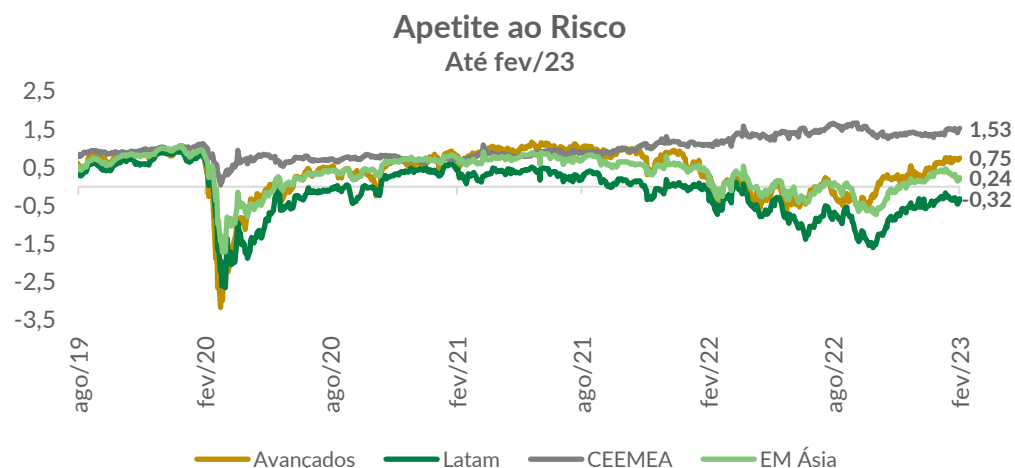
☐ Testes de Estresse

☐ Pesquisa de Estabilidade Financeira

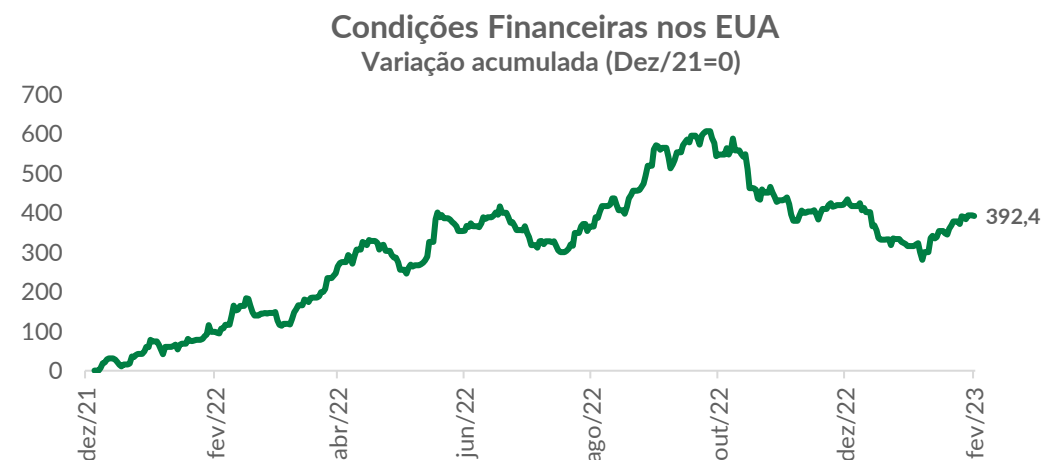
Comentários

- O grande destaque no REF de maio do Banco Central (BC) foi a incorporação dos efeitos da quebra de bancos médios nos EUA e dos desdobramentos da ocorrência nas Lojas Americanas. A ameaça à estabilidade financeira produziu impactos relevantes nas condições financeiras. Apesar de todos os esforços do Federal Reserve, remanesce uma elevada incerteza.
- Com impacto doméstico limitado, o BC monitorará alguns fatores de risco: (1) perdas não realizadas na marcação a mercado de títulos nos balanços; (2) medidas de suporte à liquidez; (3) garantias a depositantes; (4) particularidades regulatórias de instituições financeiras (IFs) de menor porte; e (5) interação entre política monetária e estabilidade.
- Com um crescimento adequado, as captações beneficiaram-se fortemente dos depósitos a prazo e dos instrumentos com isenção tributária. A partir da pandemia e com a disseminação das plataformas eletrônicas, o ambiente competitivo se acirrou, com a convergência das taxas de captação praticadas.
- Adicionalmente, cresceu-se a participação de instrumentos sem previsão de resgate antecipado, movimento que sugere uma maior disposição dos investidores em trocar liquidez por aplicações mais longas e de maior rentabilidade, favorecendo a gestão de ativos e passivos (ALM) das IFs.
- Os níveis de liquidez de curto prazo e estrutural estão adequados para o bom funcionamento do sistema de intermediação. Por sua vez, o acesso facilitado pelas plataformas proporcionou uma maior segurança para que IFs operem com menor quantidade de ativos líquidos para fazer frente aos resgates estimados.
- Ademais, a previsão da ampliação dos ativos elegíveis a compor a cesta de garantias proporcionará uma maior utilização das Linhas Financeiras de Liquidez (LFL) do BC, criando condições para a obtenção de recursos em momentos de estresse e reduzindo os custos de carregamento de liquidez.
- As concessões de crédito bancário para as grandes empresas reduziram-se com o evento das Lojas Americanas. Já a expansão do estoque para Micro, Pequenas e Médias empresas (MPMe) perdeu também velocidade. Porém, o ritmo permanece mais intenso do que o verificado antes da pandemia. A parcela dos ativos problemáticos (APs) da carteira subiu em 2022, com uma deterioração mais significativa para as microempresas.
- Para as famílias, o maior comprometimento de renda e o elevado nível de endividamento se fazem sentidos na desaceleração das modalidades de maior risco. A parcela de APs na carteira continua a se elevar, porém o percentual ainda se encontra abaixo do pico verificado durante a pandemia. Apesar de alguns sinais de descompressão, o indicador deve permanecer em patamar elevado, com o cenário econômico incerto, a dificuldade na gestão orçamentária das famílias e o próprio arrefecimento no crescimento do crédito.
- As provisões aumentaram ao longo de 2022 paralelamente ao crescimento dos APs. Pelos modelos do BC, o nível das provisões mantido era em montante superior ao da perda esperada estimada. Após uma recuperação, a rentabilidade do sistema voltou a diminuir. Apesar de representar parcela não relevante dos ativos totais do sistema bancário, houve prejuízo em 21,6% dos participantes em 2022. Os resultados estarão pressionados com uma evolução menos favorável para a inadimplência, provisões e um crescimento menor do crédito.
- O sistema mantém-se sólido e apto a conservar o funcionamento da intermediação financeira, não representando dessa forma um entrave para a expansão da oferta de crédito. Apesar da redução em 2022, os índices de capitalização permaneceram confortavelmente acima dos mínimos regulamentares. Por fim, os resultados das análises de risco e dos testes de estresse demonstraram a resiliência da base de capital.

Mercados Financeiros Internacionais



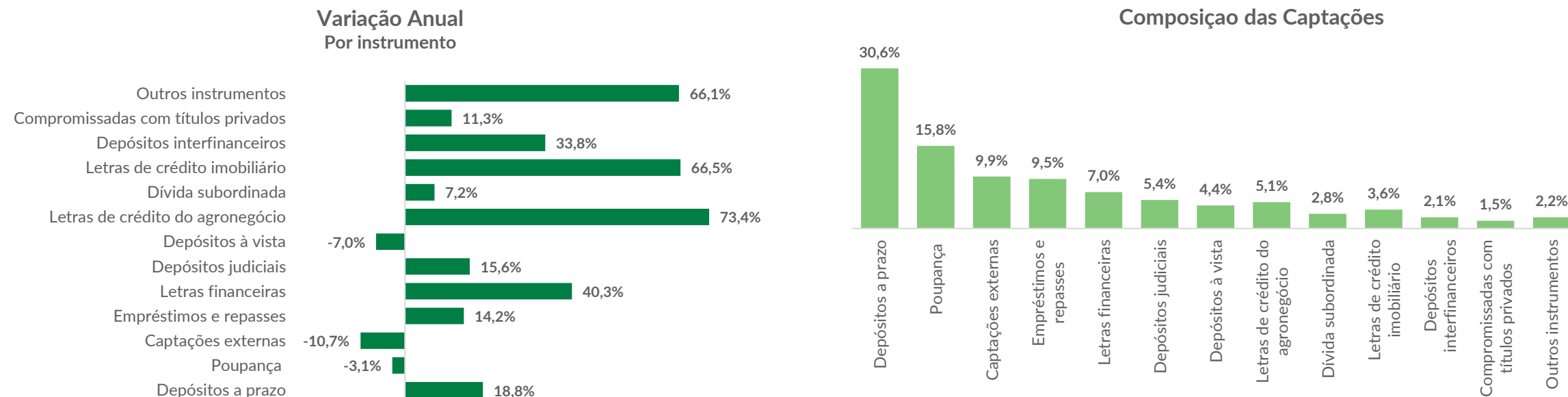
Avançados: EUA, Área do Euro, Japão | Latam: Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru | CEEMEA: Eslovênia, Hungria, Polônia, Qatar, Rep. Tcheca, Rússia, Turquia | EM Ásia: China, Coreia, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia
Fontes: Bloomberg, Reuters e Fed St Louis



Fonte: Refinitiv, Fed St Louis

- Com a inflação em níveis elevados e os indicadores mostrando o mercado de trabalho aquecido, recrudesceram as sinalizações de que as políticas monetárias contracionistas seriam mantidas por um período mais prolongado, como consequência verificou-se uma deterioração nos indicadores de condições financeiras.
- Ademais, com os sistemas financeiros resilientes e capitalizados e enfatizando o princípio da separação de objetivos e instrumentos na condução das políticas monetária e macroprudencial, as principais autoridades monetárias acreditam que dispõem de instrumentos necessários para mitigar os riscos à estabilidade financeira.
- Porém, o quadro agravou-se com as insolvências de bancos médios nos EUA e os rumores quanto à solidez de um banco europeu (G-SIB) colocando em xeque a estabilidade financeira, com impactos relevantes no apreçamento dos ativos e, também, no mercado de crédito internacional.
- Por meio de injeções de recursos, como empréstimos de redesconto e a criação do instrumento extraordinário de liquidez, o Federal Reserve procurou restaurar a confiança no setor bancário e evitar o contágio de instituições financeiras (IFs) e jurisdições. Entretanto, apesar de todos os esforços, ainda remanesce uma elevada incerteza sobre os possíveis desdobramentos dessa crise.
- Quando comparada com o período pré-pandemia (dez/2019), a inadimplência das IFs segue menor ou estável, com os bancos continuando a aumentar a suas provisões frente ao cenário macroeconômico mais desafiador. Entretanto, vale assinalar que várias jurisdições mantiveram ou elevaram o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP) para fortalecer a resiliência do setor bancário.
- Ainda que com impacto interno limitado, com a incerteza e os eventos de estresse no sistema bancário internacional, o BC assinalou que monitorará os riscos de alguns fatores: (1) perdas não realizadas na marcação a mercado de títulos nos balanços; (2) medidas de suporte à liquidez; (3) garantias a depositantes; (4) particularidades regulatórias de IFs de menor porte e (5) interação entre política monetária e estabilidade financeira.

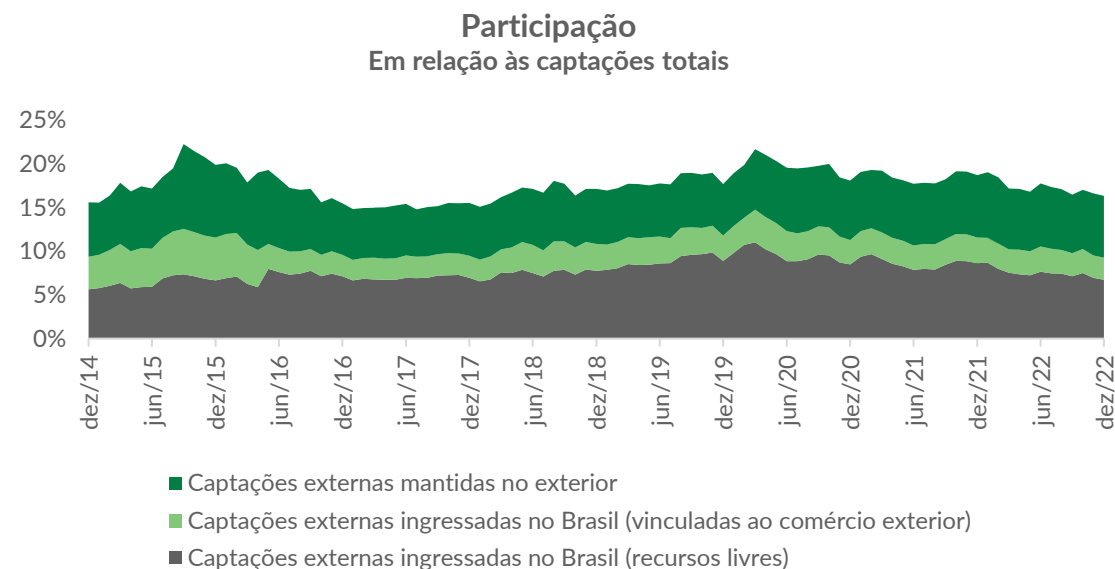
Captações Totais



Fonte: Banco Central do Brasil

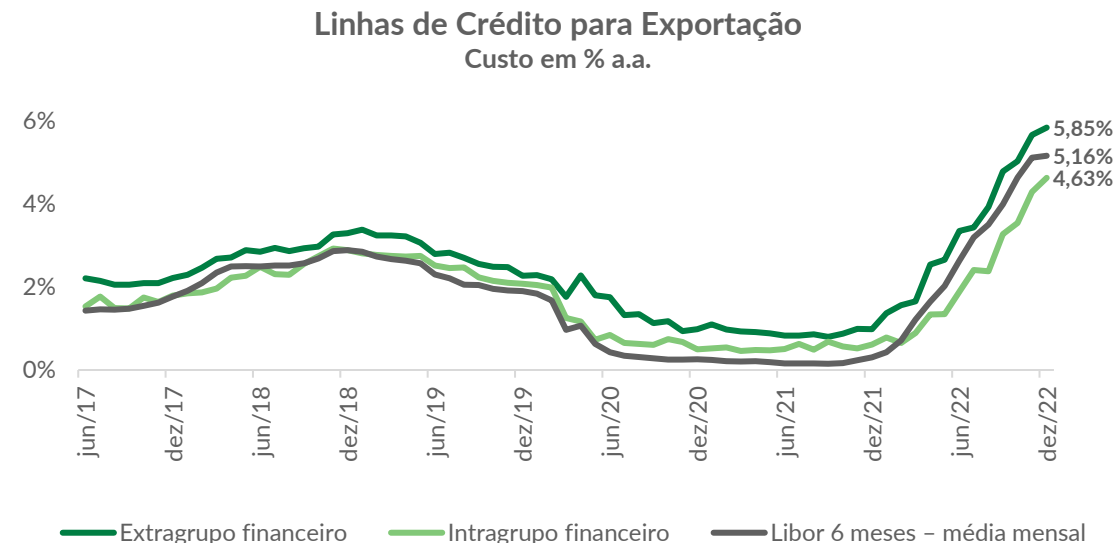
- As captações totais mantiveram uma taxa de crescimento compatível com as condições econômicas, com uma alta de 13,7% a.a. em dez/22 ante 6,6% a.a. em dez/21. Além da procura por ativos mais rentáveis e de prazos mais longos pelos investidores, o desempenho das captações beneficiou-se da evolução dos depósitos a prazo e dos instrumentos com isenção tributária.
- A partir da pandemia, e com a maior disseminação das plataformas de distribuição, os depósitos a prazo tornam-se cada vez mais o principal instrumento de captação do sistema bancário, representando 30,6% do total em dez/22 (29,3% em dez/21 e 22,6% em dez/19).
- Em dez/22, o saldo captado em depósitos a prazo crescia em 18,8% a.a.. Com isenção de IR para investidores, e aproveitando-se dos novos mecanismos de distribuição, o estoque em letras de crédito do agronegócio (LCA) se expandia em 73,4% a.a. e o em letras de crédito imobiliário (LCI) em 66,5% a.a. Como alternativa importante para o alongamento dos passivos, as Letras Financeiras (LF) avançavam em 40,3% a.a..
- As maiores contribuições para o avanço das captações totais em 2022 foram de: (1) depósitos a prazo com 5,5 p.p.; (2) LCA com 2,4 p.p.; (3) LF com 2,3 p.p.; e (4) LCI com 1,6 p.p.. Os destaques negativos foram: (1) captações externas com -1,4 p.p.; (2) os depósitos de poupança com -0,6 p.p.; e (3) depósitos à vista com -0,4 p.p.

Captações Externas



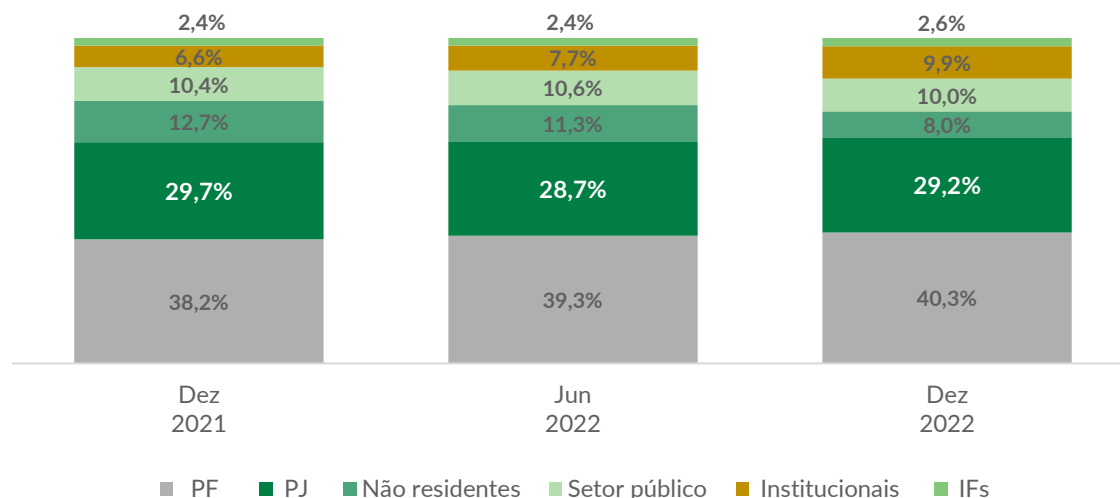
Fonte: Banco Central do Brasil

- Com um total de US\$ 210,3 bilhões, as captações externas cresciam 4,0% a.a. em dólares em dez/2022, ante 2,6% a.a. em dez/21. Apesar deste crescimento, perderam participação em relação às captações totais, saindo de 18,7% em dez/21 para 16,3% em dez/22. Porém, a oferta de *funding* do exterior continua em volume suficiente para atender às necessidades das IFs.
- Na mesma base comparativa, essa proporção nas captações externas com recursos livres diminuiu em -1,9 p.p. para 6,7%, nas vinculadas ao comércio exterior em -0,4 p.p. para 2,5% e nas captações mantidas no exterior em -0,1 p.p. para 7,1%.
- Já o custo das linhas de crédito para exportação cresceu, acompanhando o movimento de aumento nas taxas de juros internacionais de referência, porém sem mostrar variação significativa nos *spreads*. Em 2022, com a média mensal da libor de 6 meses subindo 4,86 p.p. para 5,16% a.a., as taxas nas linhas extragrupo financeiro aumentaram em 4,86 p.p. para 5,85% a.a. e as das linhas intragrupo em 4,02 p.p. para 4,63% a.a..



Captações Domésticas

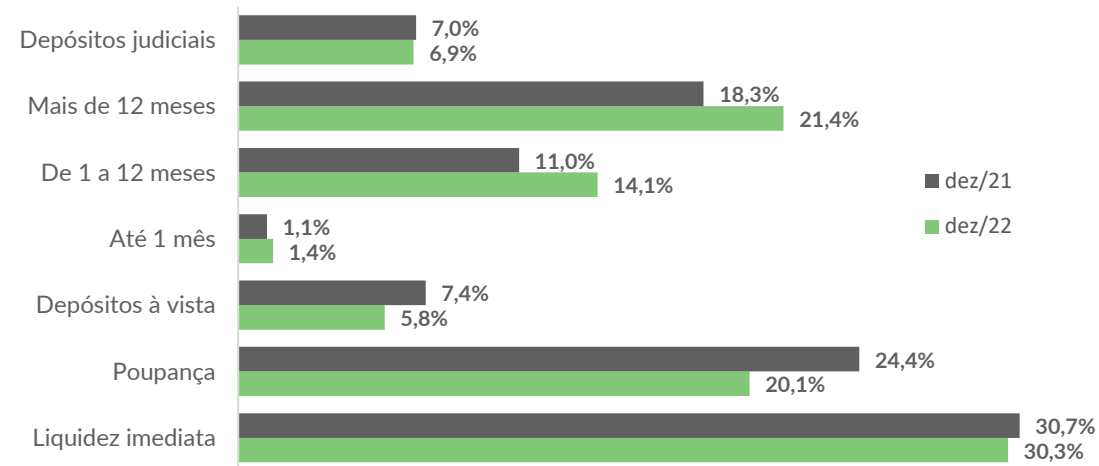
Perfil do Investidor



Fonte: Banco Central do Brasil

Liquidez

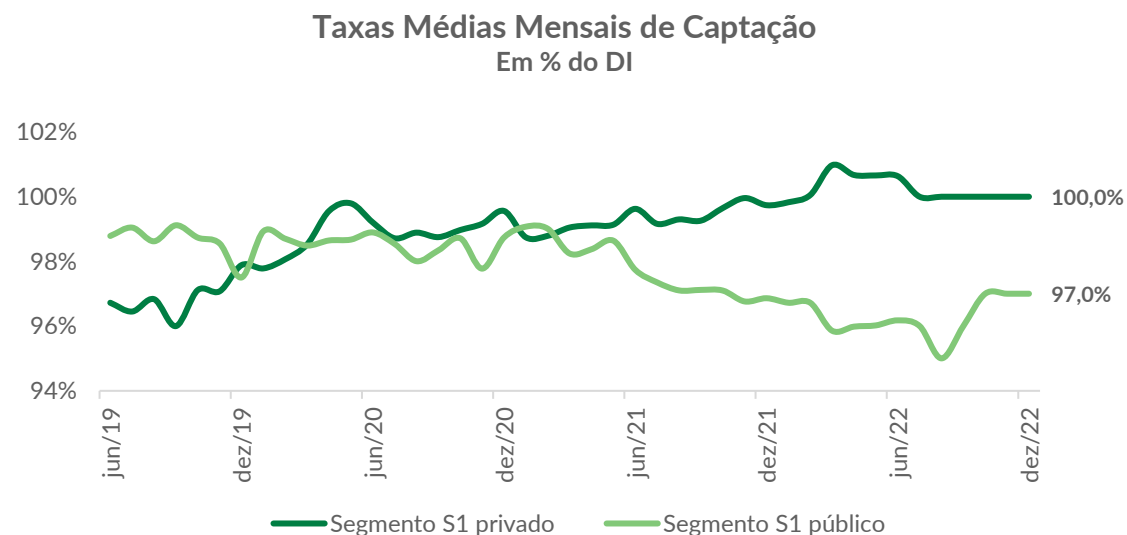
Participação - captação doméstica



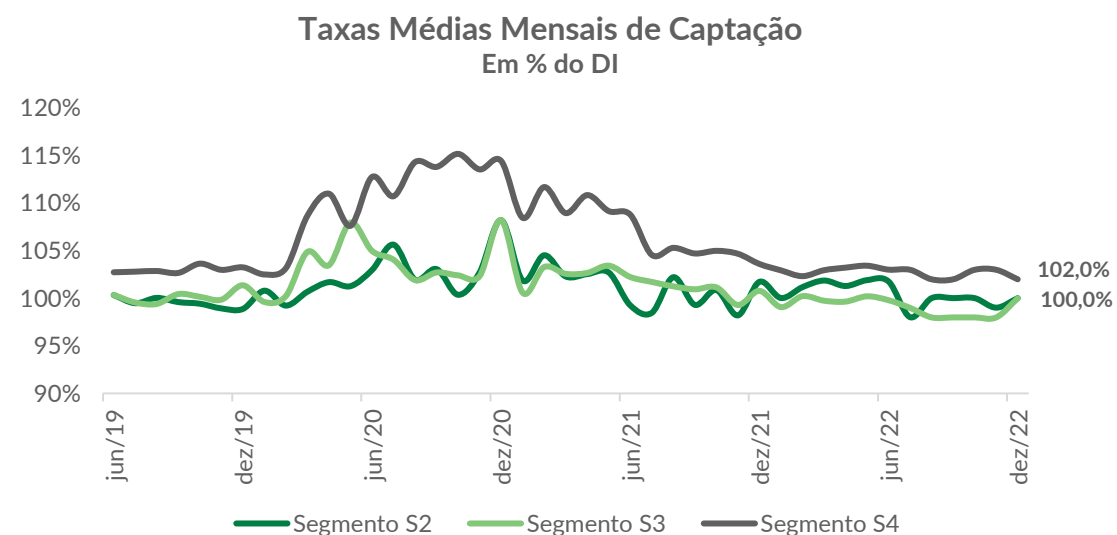
- Cresceu a participação de instrumentos sem previsão de resgate antecipado em detrimento de ativos que podem ser resgatados a qualquer momento nas captações domésticas. Movimento que sugere uma maior disposição dos investidores em trocar liquidez por aplicações mais longas e de maior rentabilidade.
- As participações dos depósitos de 1 a 12 meses e dos acima de 12 meses elevaram-se em 3,1 p.p., respectivamente, para 14,1% e 21,4%. Os instrumentos de liquidez imediata representavam 30,3% do total em dez/22, ante 30,7% em 2021. Com a perda de atratividade em termos de remuneração, a representatividade da poupança reduziu-se em -4,3 p.p. em termos anuais para 20,1%.
- Como principal tipo de investidor, a participação das Pessoas Físicas (PF) nas captações domésticas subiu de 38,2% em dez/21 para 40,3% em dez/22. No mesmo período, houve ganho de 3,4 p.p. para 9,9% na representatividade dos investidores institucionais e reduções de -0,5 p.p. para 29,2% das Pessoas Jurídicas (PJ) e de -4,7 p.p. para 8,0% dos não residentes.

Custo de Captação

- Por causa de um ambiente mais competitivo, propiciado pela disseminação das plataformas eletrônicas, observa-se nos últimos semestres a convergência das taxas de captação praticadas pelos diferentes segmentos para fins prudenciais.
- O *spread* em relação ao DI (Depósito Interfinanceiro) fechou em dez/22 em 100,0% para os conglomerados prudenciais S1 privados, S2 e S3, enquanto para S4 ficou em 102,0% e em 97,0% para os S1 públicos.
- Em relação a dez/21, na categoria S1 houve aumento de 0,3 p.p. nas taxas das IFs privadas e de 0,1 p.p. para as públicas. Para os demais segmentos, foram constatadas reduções de -1,7 p.p. para S2, de -0,8 p.p. para S3 e de -1,6 p.p. para S4.

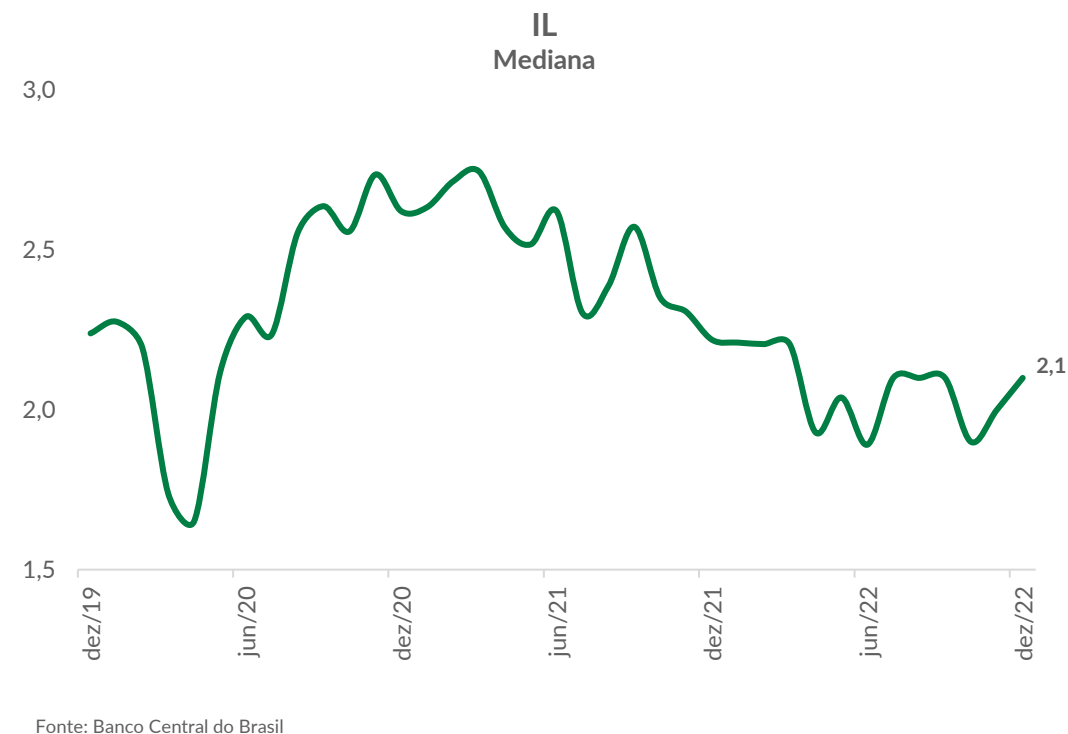


Fonte: Banco Central do Brasil



Liquidez de Curto Prazo

- O sistema bancário permanece com nível de liquidez adequado para a manutenção da estabilidade financeira. Com uma evolução compatível com o crescimento do crédito, as captações garantem um funcionamento adequado do sistema de intermediação.
- O acesso mais facilitado a captações por meio de plataformas de investimento proporciona maior segurança para que IFs operem com menor quantidade de ativos líquidos de alta qualidade para fazer frente aos resgates estimados. Ademais, a previsão da ampliação dos ativos elegíveis a compor a cesta de garantias proporcionará uma maior utilização pelas IFs das LFL do BC facilitando a obtenção de recursos em momentos de estresse. Esses aperfeiçoamentos regulatórios reduzem os custos de carregamento de liquidez em troca de maior rentabilidade, aumentando a eficiência operacional das IFs.
- Após apresentar queda ao longo do ano, a mediana do Índice de Liquidez (IL*) de curto prazo recuperou-se fechando em dez/22 em 2,1 ante 2,2 em dez/21. Considerando-se os efeitos de cenários de estresse de mercado e de uma eventual corrida bancária, não houve alteração relevante nos níveis de liquidez em termos individuais para todo conjunto de IFs.
- Ainda em patamar elevado em termos regulamentares, o Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR) agregado do segmento S1 apresentou redução motivada: (1) pela maior expectativa para as saídas esperadas de caixa nos próximos 30 dias, com o aumento das captações, em relação ao aumento dos ativos líquidos; e (2) pela elevação dos custos de carregamento de liquidez, medida pela relação entre a taxa Selic e os custos do estoque de captação.



*IL = indicador que mede a relação entre ativos líquidos e as necessidades de caixa de curto prazo em 30 dias em um cenário de estresse hipotético

Liquidez Estrutural

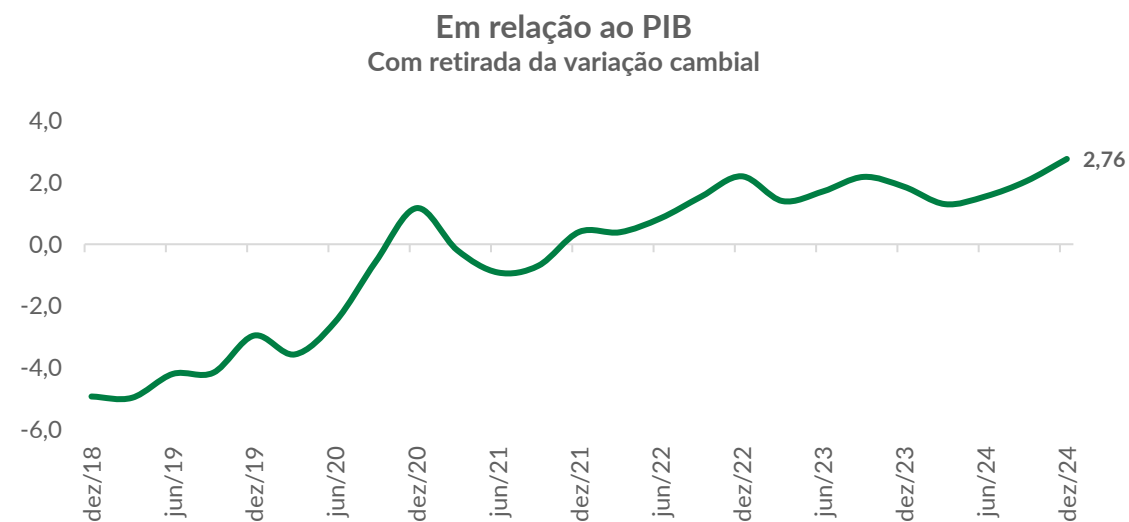
- No que se refere à adequação da estrutura de captações para o financiamento dos ativos de longo prazo, a mediana do Índice de Liquidez Estrutural (ILE*) apurado pelo BC para as IFs era de 1,2 em dez/22 ante 1,3 em dez/21. O aumento das concessões de crédito foi o fator preponderante para essa redução, porém ampla maioria das IFs mantém níveis adequados de recursos em seus balanços.
- Com o crescimento no estoque de crédito, as IFs classificadas como S1 tiveram que manter uma maior quantidade de Recursos Estáveis Requeridos (RSF) para cumprir o limite regulamentar do Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR). Porém, a elevação das fontes de recursos de longo prazo, incluindo capital regulatório, e as captações no varejo e atacado acima de um ano foram suficientes para compensar a elevação no RSF.
- O NSFR agregado para o segmento S1 era de 1,19 em dez/22 ante 1,20 em dez/21. Das 6 IFs integrantes da categoria, 2 estavam com indicadores próximos ao mínimo regulamentar, mas demonstravam capacidade de elevar rapidamente suas fontes de recursos estáveis caso for necessário. Adicionalmente, o ILE agregado para S1 era de 1,07.



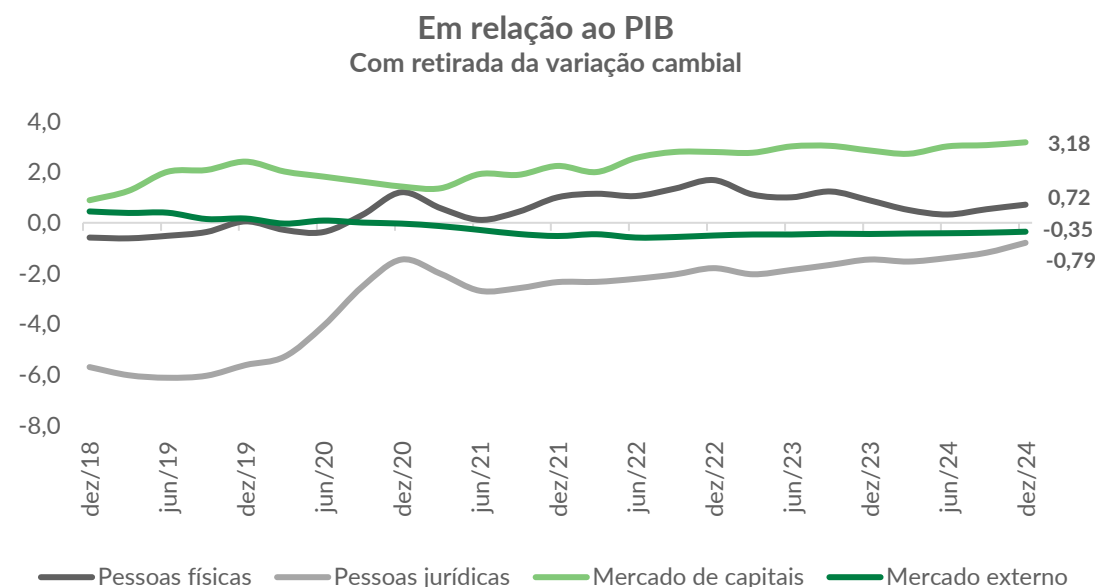
Fonte: Banco Central do Brasil

*ILE = mede a relação entre os recursos estáveis para financiar os ativos de longo prazo.

Hiato do Crédito

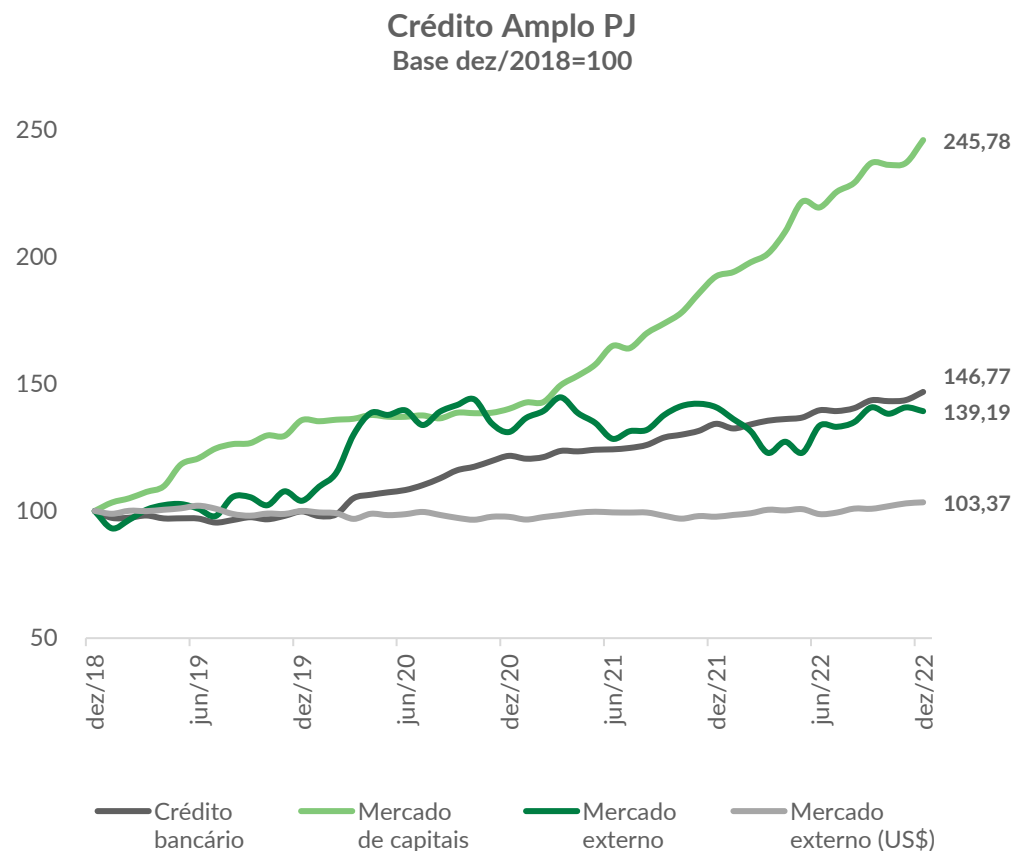


Fonte: Banco Central do Brasil



- Utilizado como indicador de referência proposto pelo *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS) para apoiar as decisões do ACCP, o hiato do crédito amplo/PIB sinalizaria um eventual crescimento excessivo do crédito, que poderia resultar em correções súbitas com efeito prejudiciais à estabilidade financeira. Quando o indicador exceder a 2 p.p., a jurisdição deveria considerar a implementação do ACCP. Entretanto, não se recomenda o seu uso mecânico, sendo que a métrica possui limitações importantes no caso de economias emergentes e em situações de crise.
- Considerando-se as projeções do PIB e do crédito amplo, o BC espera que o hiato de crédito em relação ao PIB oscile em patamar próximo a 2 p.p., com uma tendência de que cresça no 2º semestre de 2024 até 2,76 p.p..
- Mesmo com uma redução no ritmo de expansão, o mercado de capitais continuou apresentando a principal contribuição. Movimento idêntico foi verificado nos financiamentos bancários às PFs. Por outro lado, o mercado externo e os financiamentos às PJs seguem com contribuições negativas.

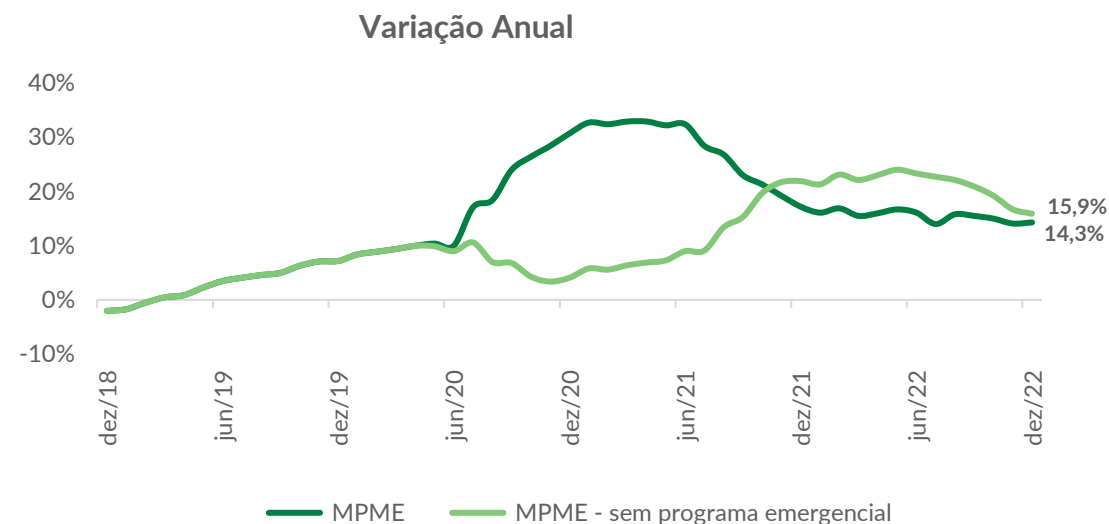
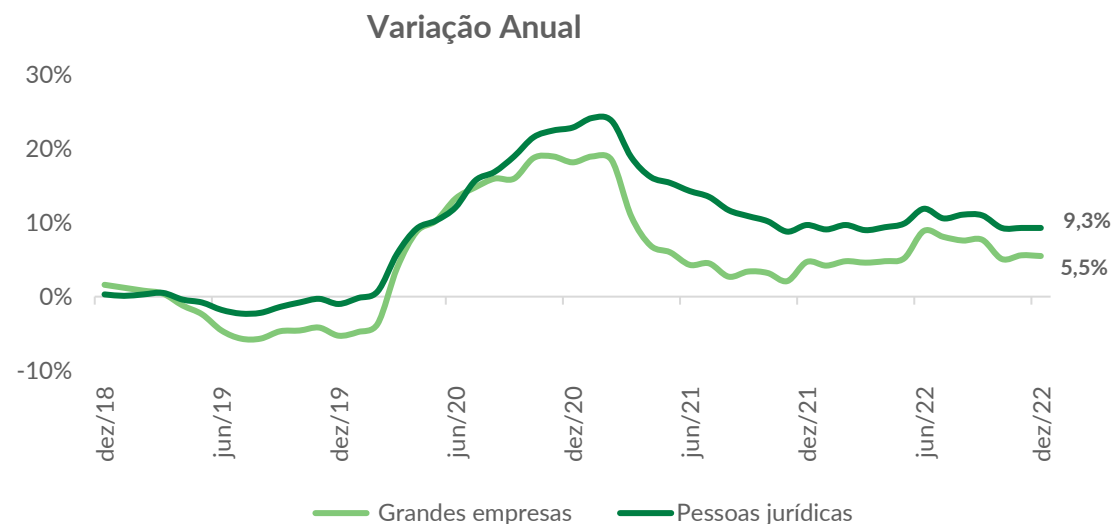
Crédito Amplo



Fonte: Banco Central do Brasil

- O crescimento do crédito amplo desacelerou em seus diversos mercados. Ainda que com perda de dinamismo, o segmento do mercado de capitais continua se apresentando como uma fonte relevante de financiamento aos agentes econômicos. Movimento semelhante ocorre com as debêntures, o instrumento de maior representatividade desta categoria.
- As principais destinações dos recursos obtidos com as debêntures foram para capital de giro, investimento em infraestrutura e refinanciamento do passivo. No 2º semestre, as Notas Comerciais/Promissórias, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) apresentaram uma aceleração no seu crescimento. Já as captações em Fundos de Direito Creditórios (FIDCs) registraram uma acomodação na taxa de expansão.
- Eventos recentes em algumas grandes empresas levaram à postergação de emissões e aumentos nos prêmios de risco, elevando o custo de crédito via mercado de capitais. Adicionalmente, o mercado secundário de debêntures apresentou elevação nos *spreads* após o dia 12/01/2023, tanto para os instrumentos incentivados, quanto para os ativos não incentivados.
- No crédito bancário às PFs, a perda de dinamismo foi maior em operações de maior risco, como as ligadas aos cartões de crédito. No caso das PJs, o movimento foi menos intenso e o crescimento ainda supera o verificado no período anterior à pandemia.
- O apetite ao risco das IFs nas concessões de crédito às famílias e às empresas de menor porte apresentou redução, porém ainda permanece elevado. A materialização de risco deve continuar elevada no médio prazo, mas critérios mais restritivos nas concessões recentes devem colaborar para arrefecer o crescimento dos APs, principalmente no crédito para PF.

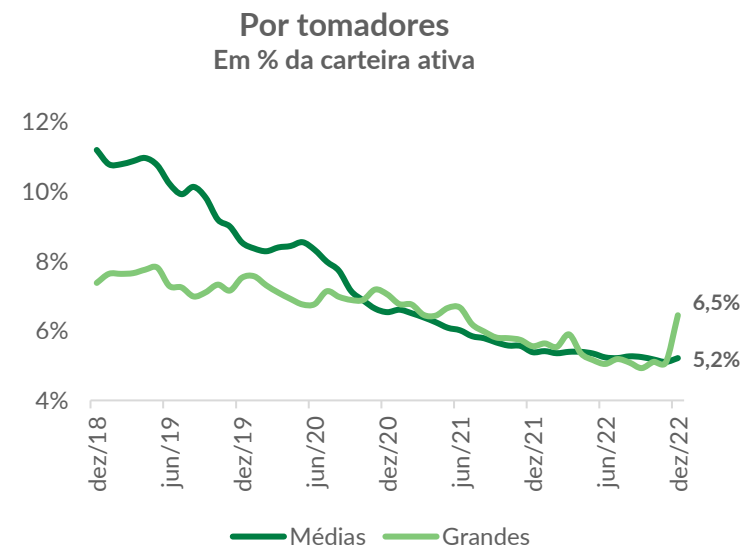
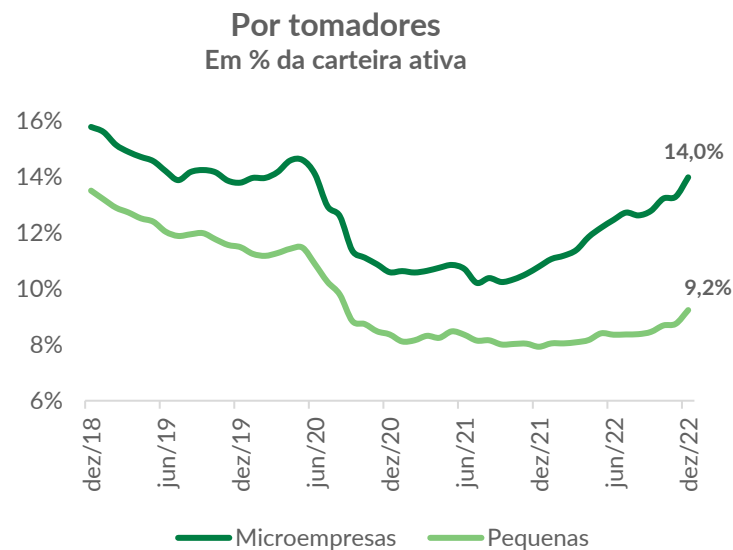
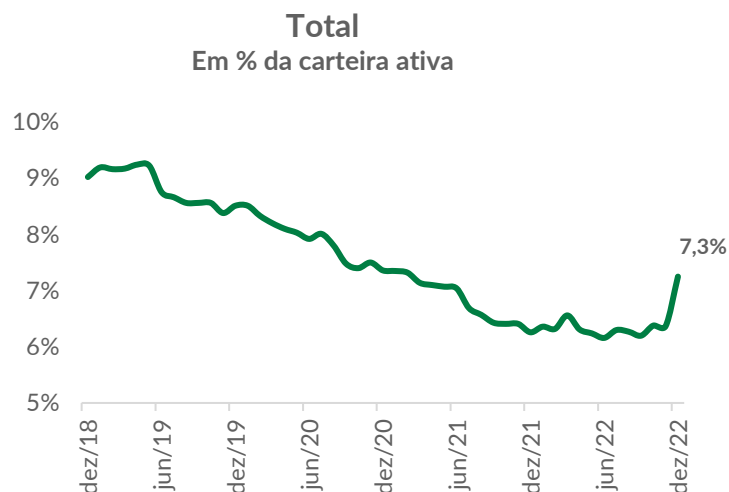
Crédito PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- A taxa de crescimento do crédito bancário para PJ em dez/22 era de 9,3% a.a. contra 9,7% a.a. em dez/21. Na decomposição por porte do tomador, a expansão para as grandes empresas saiu de 4,7% a.a. em dez/21 para 5,5% a.a.. Esse movimento foi influenciado pelas operações de financiamento de infraestrutura e projeto, em especial para os setores de “Energia” e “Transporte”. Após o evento das Lojas Americanas, com a utilização de critérios mais cautelosos, o volume de concessões com operações de “risco sacado” que também tinham papel relevante reduziu-se.
- O saldo para MPME avançava 14,3% a.a. em dez/22 ante 17,2% a.a. em dez/21. Mesmo com a desaceleração, o ritmo era superior ao verificado no pré-pandemia. Desconsiderando-se as operações com o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), a carteira crescia 15,9% a.a. em dez/22 ante 21,9% a.a. em dez/21. No caso das microempresas, o aumento foi sustentado basicamente pelos programas emergenciais. Já nos empréstimos para as empresas médias destacaram-se as modalidades de investimento (aquisição de bens), operações de risco sacado e de capital de giro.

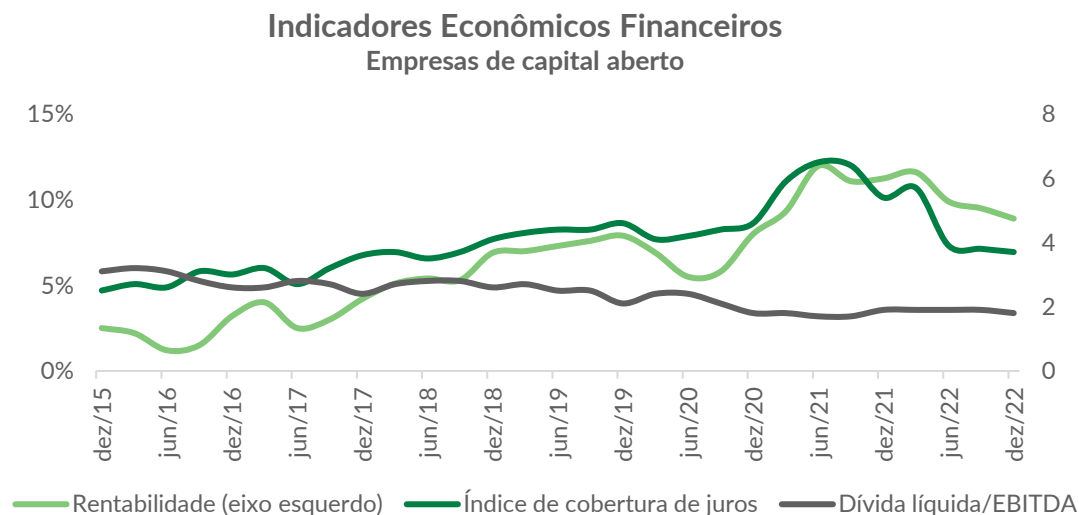
Ativos Problemáticos PJ



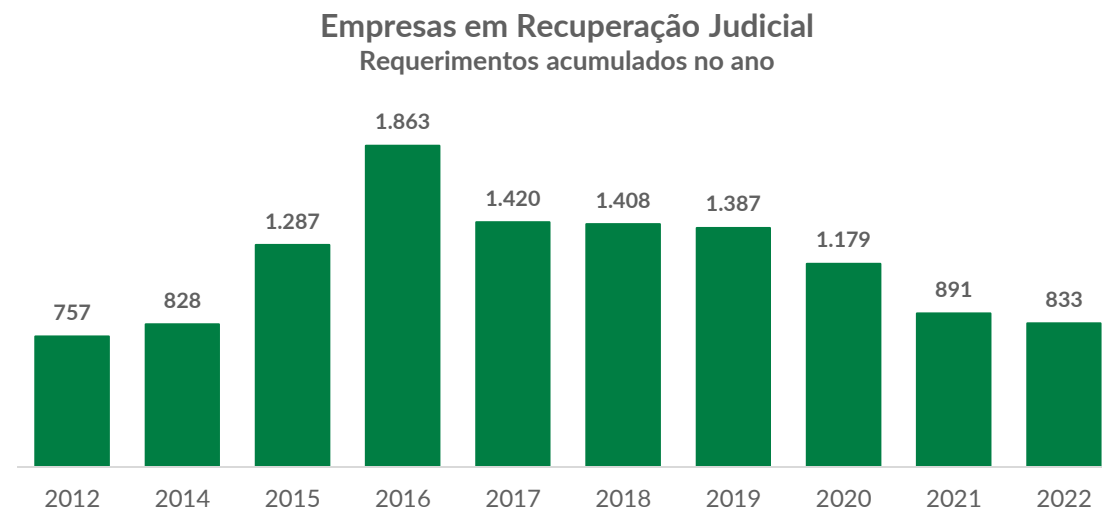
Fonte: Banco Central do Brasil

- A materialização do risco de crédito cresceu, de modo que a parcela dos AP da carteira ativa para PJ subiu 1,0 p.p. em 2022 para 7,3%. A deterioração no indicador foi mais intensa no crédito para o segmento das microempresas, saindo de 10,8% em dez/21 para 14,0% em dez/22.
- Com o evento das Lojas Americanas, o nível dos AP para as grandes empresas subiu 0,9 p.p. no ano, encerrando 2022 em 6,5%. Na mesma direção, a proporção dos AP em relação à carteira ativa com as pequenas empresas saiu de 7,9% em dez/21 para 9,2%.
- Por sua vez, a relação dos AP na carteira ativa com as médias empresas reduziu em -0,2 p.p. no ano, fechando 2022 em 5,2%.

Capacidade de pagamento PJ



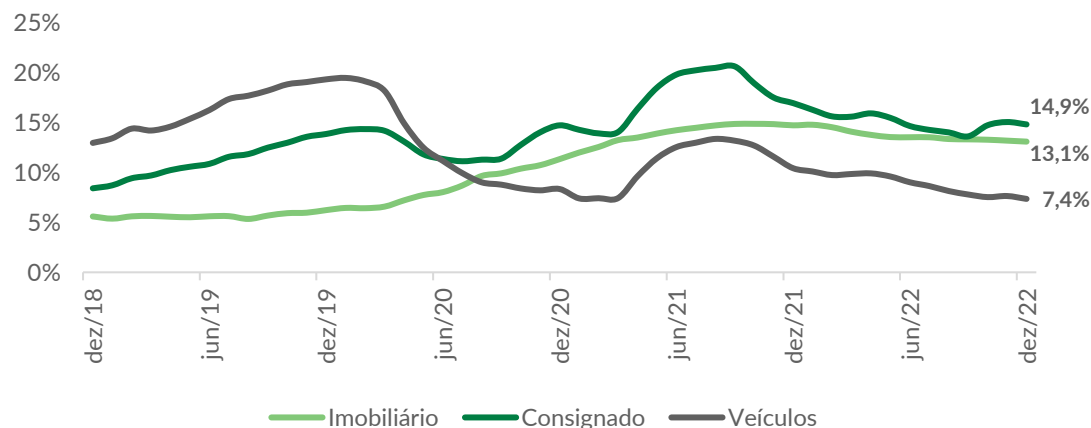
Fontes: Economática e Serasa Experian.



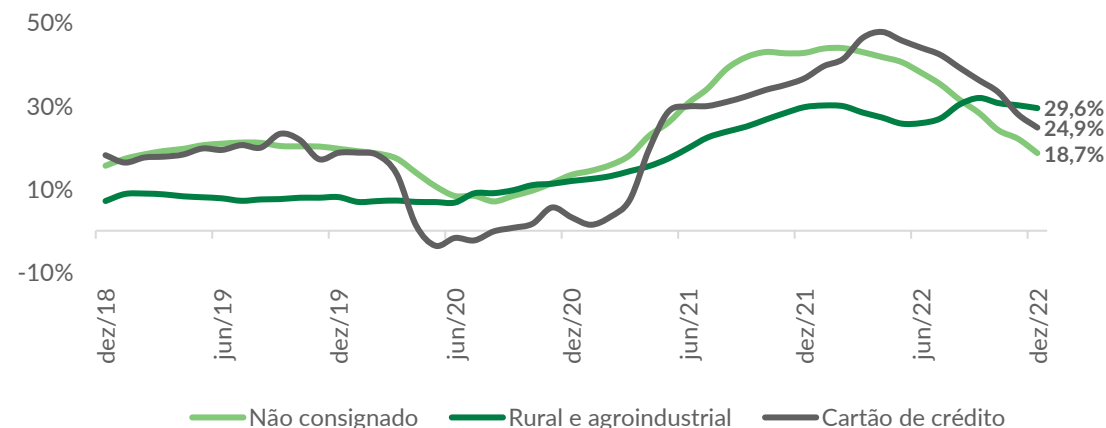
- Em linha com o ritmo mais lento da atividade econômica, a situação financeira das empresas se deteriorou ao longo do 2º semestre de 2022. Porém, mesmo com a perda de tração, os fluxos de recebimento continuaram registrando um crescimento em termos reais na grande maioria dos setores produtivos. Para as empresas de capital aberto, a elevação dos custos de produção e das despesas com endividamento foram fatores que influenciaram o desempenho dos indicadores econômico-financeiros.
- O índice de cobertura de juros entre dez/21 e dez/22 mostrou que a capacidade de o Ebitda (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) suportar as despesas financeiras reduziu-se, em linha com o aumento das taxas de juros. No período, o índice de cobertura de juros recuou de 5,4 para 3,7. Já a relação entre dívida líquida e Ebitda mostrou estabilidade em 2022, saindo de 1,9 em dez/21 para 1,8. Ainda na mesma base comparativa, a mediana da rentabilidade das empresas caiu -2,4 p.p. em 2022 para 8,9%. A despeito do cenário difícil, os níveis dos indicadores são melhores do que os verificados em 2016 e 2017.
- A comparação em termos individuais da evolução do índice de cobertura de juros em 2022 destacou que a capacidade de o Ebitda suportar as despesas financeiras tem se reduzido para parte relevante das empresas. Há evidências de piora da capacidade de pagamento das PJ e uma eventual frustração substancial do desempenho da atividade econômica, conjugada com o aumento do custo da dívida, pode levar ao aprofundamento dessa piora, com consequente elevação do risco de crédito ao longo de 2023.
- O total de requerimentos de recuperação judicial em 2022 foi de 833 ocorrências, número abaixo do observado em anos anteriores e próximo aos patamares mínimos da série. Porém, houve uma aceleração a partir do último trimestre do ano, principalmente no segmento de micro e pequenas empresas.

Crédito PF

Variação Anual da Carteira PF
Por modalidade

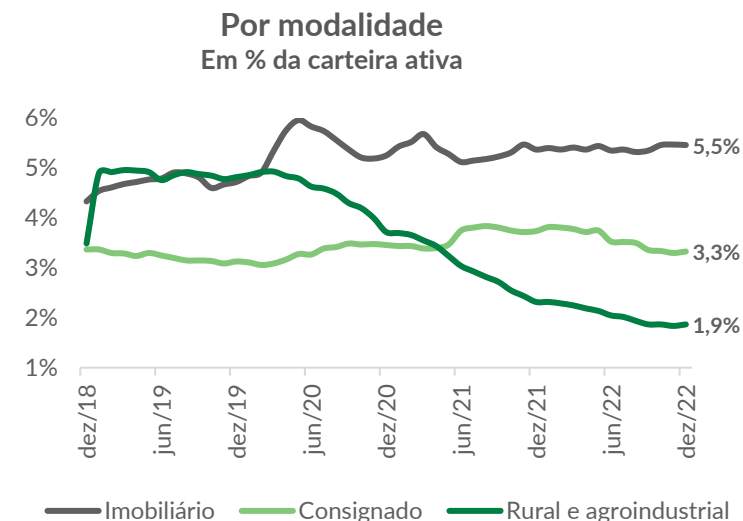
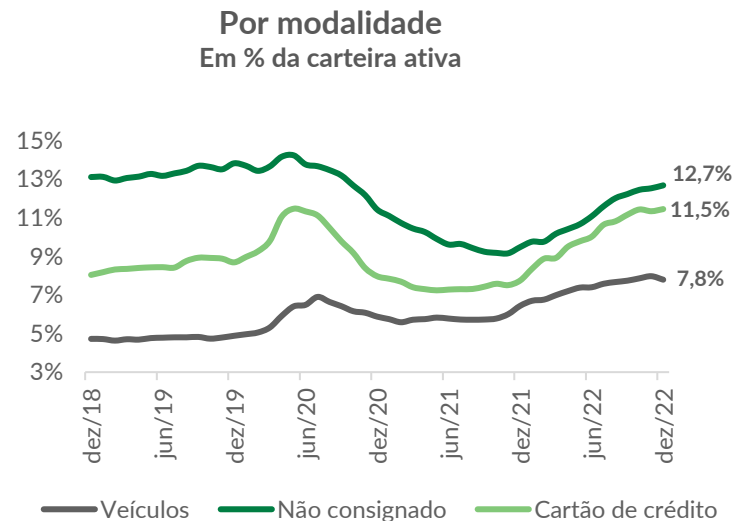
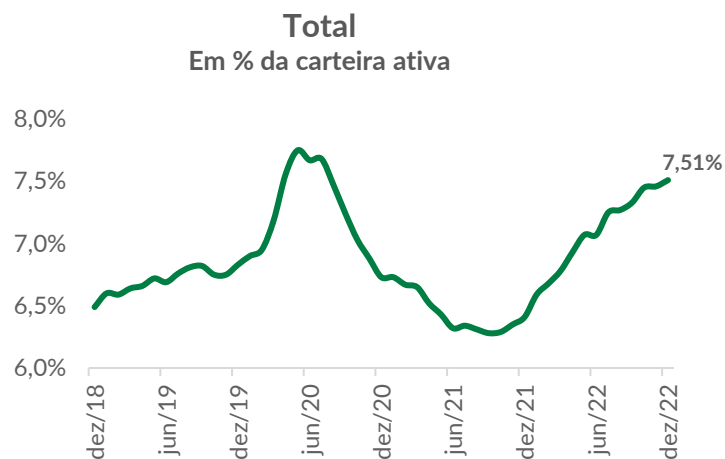


Variação Anual da Carteira PF
Por modalidade



- A dinâmica do mercado de crédito para PF reflete a conjuntura desafiadora, na qual o maior comprometimento de renda e o elevado nível de endividamento das famílias obrigam a aplicação de critérios mais conservadores nas concessões dos empréstimos. A capacidade de pagamento das famílias piorou, tanto pela medida de comprometimento de renda baseada em agregados econômicos, como na distribuição do Comprometimento de Renda Individual (CRI) dos tomadores de crédito no sistema financeiro. Na comparação com o 1º semestre de 2022, o maior comprometimento da renda está em modalidades de maior risco e com taxas de juros mais elevadas, com movimento mais intenso nas faixas de menor renda.
- Mesmo com significativa queda, a taxa de crescimento do estoque permanece elevada nas modalidades mais arriscadas, como cartão de crédito (24,9% em 2022 ante 36,7% em 2021) e crédito não consignando (18,7% em 2022 ante 42,8% em 2021). Ainda que venha se reduzindo, o apetite ao risco das IFs nas concessões permanece elevado, como apontou a manutenção ou melhora na margem dos scores médios de contratação nas diferentes modalidades de crédito.
- No financiamento de veículos, a participação das contratações de operações com maiores níveis de *Loan-to-value* e/ou prazo reduziu-se. Em relação ao crédito não consignado, as concessões continuam em volume elevado, mas com tendência de queda, especialmente em operações com garantias fidejussórias ou sem garantias. Já as carteiras com crédito consignado e para financiamento de veículos exibiram desacelerações menos intensas no ritmo de crescimento, saindo de 17,0% em 2021 para 14,9% no consignado e de 10,5% em 2021 para 7,4% nos financiamentos de veículos. Por sua vez, a taxa de evolução anual do saldo para crédito rural ficou praticamente estável, fechando 2022 em 29,6% contra 29,8% no ano anterior, enquanto para o crédito imobiliário fechou em 13,1% em 2022 contra 14,8% em 2021.

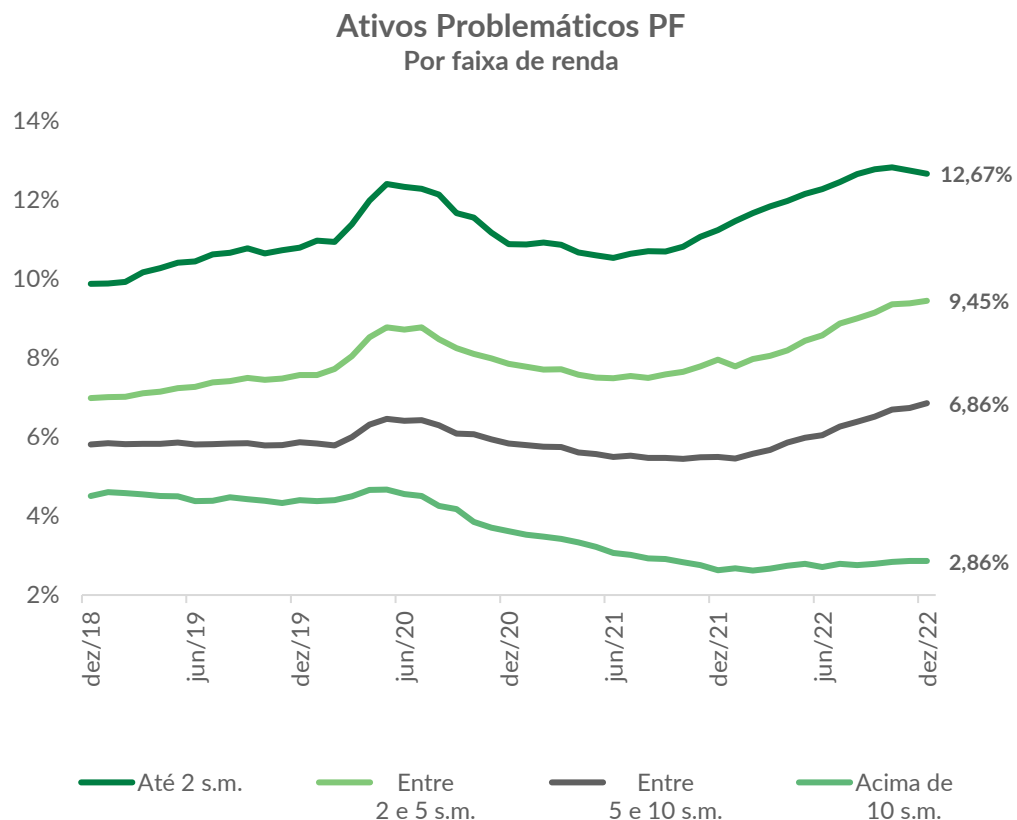
Ativos Problemáticos PF



Fonte: Banco Central do Brasil

- O nível dos APs na carteira ativa PF encerrou 2022 em 7,51%, o que representou uma elevação de 1,1 p.p. no ano. O apetite ao risco das IFs na concessão de crédito às famílias apresentou redução, porém permanece elevado. Porém, o percentual de APs ainda é inferior ao pico verificado durante a pandemia. Apesar de alguns sinais de descompressão, a materialização de riscos deve permanecer em patamar elevado no médio prazo. Considerando-se a evolução dos APs por modalidades, os destaques ficaram com as elevações anuais de 3,2 p.p. para 12,7% no crédito não consignado e de 3,7 p.p. para 11,5% no cartão de crédito. A parcela de APs na carteira imobiliária ficou praticamente estável, encerrando em 5,5% contra 5,4% em 2021. O crescimento do percentual só não foi verificado no crédito consignado e no financiamento rural.
- O cenário econômico incerto, aliado à dificuldade na gestão orçamentária das famílias e ao arrefecimento no crescimento do crédito, deve dificultar a redução da materialização de risco no médio prazo.

Capacidade de Pagamento PF



Fonte: Banco Central do Brasil

- Ainda por modalidades, o BC emitiu os seguintes alertas para os APs: (1) o alto percentual na carteira imobiliária com *funding* do FGTS; (2) para veículos e crédito não consignado, o nível supera ao verificado durante a pandemia; (3) no cartão de crédito, estabilização do percentual ainda em nível elevado, heterogeneidade entre as diferentes faixas de renda dos tomadores com as de menor faixa de renda apresentando maior percentual; e (4) o nível de AP cresce em clientes que contratam o cartão de crédito rotativo em um maior número de IFs.
- No que tange à evolução dos APs por faixa de renda, foram observados crescimentos no ano em todas as categorias, com alta de 1,43 p.p. para 12,67% para até 2 salários-mínimos (SM), de 1,49 p.p. para 9,45% para entre 2 e 5 SM, de 1,36 p.p. para 6,86% para entre 5 e 10 SM e de 0,23 p.p. para 2,86% para acima de 10 SM.
- Considerando-se somente os APs na carteira de crédito PF com cartão de crédito, por faixa de renda, ocorreram elevações anuais de 5,55 p.p. para 17,87% para até 2 SM, de 3,87 p.p. para 12,37% para entre 2 e 5 SM, de 3,04 p.p. para 8,84% para entre 5 e 10 SM e de 1,30 p.p. para 4,39% para acima de 10 SM.

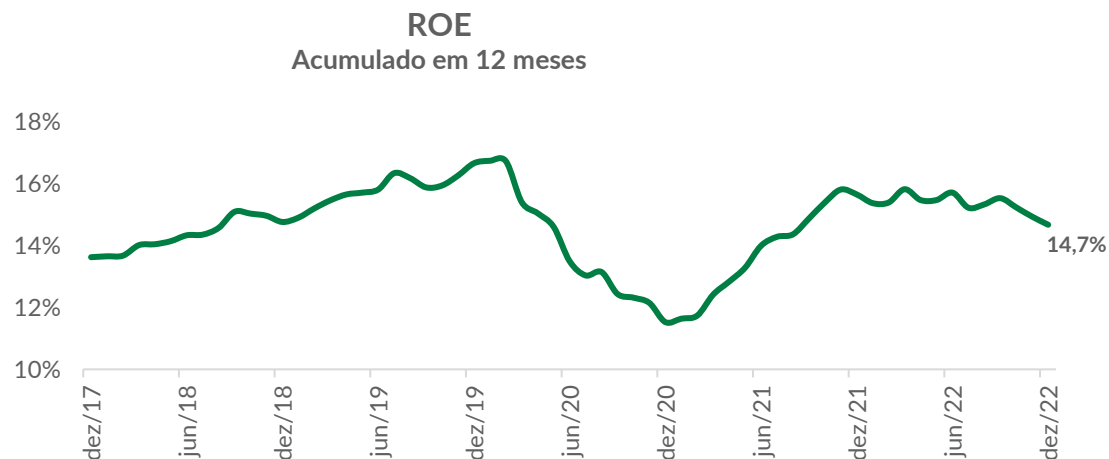
Provisões

Carteira	Perda Esperada	Provisão	Cobertura
Públicos	3,7%	5,2%	1,40
Privados S1	6,0%	8,0%	1,33
SNCC	3,8%	4,3%	1,13
Digitais	7,8%	8,0%	1,02
Privados (demais)	4,1%	4,5%	1,09
Total	4,7%	6,0%	1,29

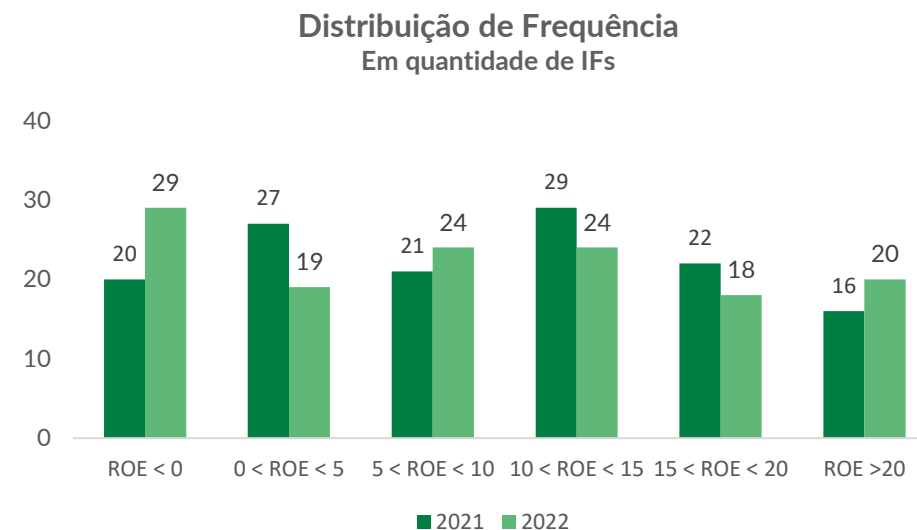
Fonte: Banco Central do Brasil

- O nível de provisões registradas é um indicador importante para mensurar a capacidade das IFs em suportar eventuais perdas na carteira de crédito, principalmente em um contexto permeado por incertezas macroeconômicas.
- As provisões aumentaram ao longo de 2022 paralelamente ao crescimento dos APs, elevação influenciada principalmente pelo caso Americanas no 4T22. De forma positiva, o nível das provisões era adequado, mantendo-se em montante superior ao da perda esperada estimada para a carteira de crédito que, como base nos dados do SCR, foi calculada por meio dos modelos proprietários do BC que apuram a probabilidade de descumprimento (PD) e a perda dado o descumprimento (LGD).
- Em termos agregados, o sistema bancário apresentava um Índice de Cobertura (IC) das provisões em relação às perdas esperadas ao final de 2022 de 1,29. Na segmentação, os bancos públicos apresentavam um IC de 1,40, os privados do segmento S1 de 1,33 e os demais classificados de 1,09, as cooperativas (SNCC) de 1,13 e os digitais de 1,02.

Rentabilidade



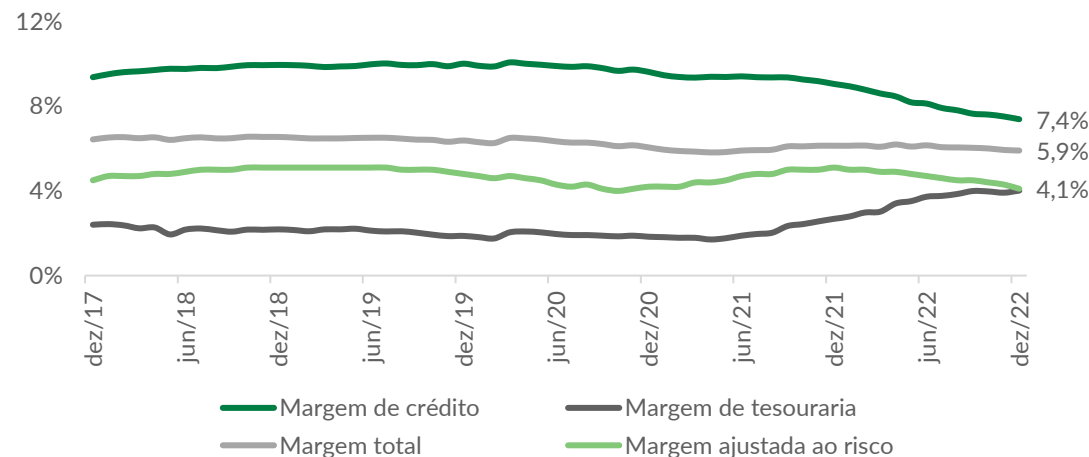
Fonte: Cosif



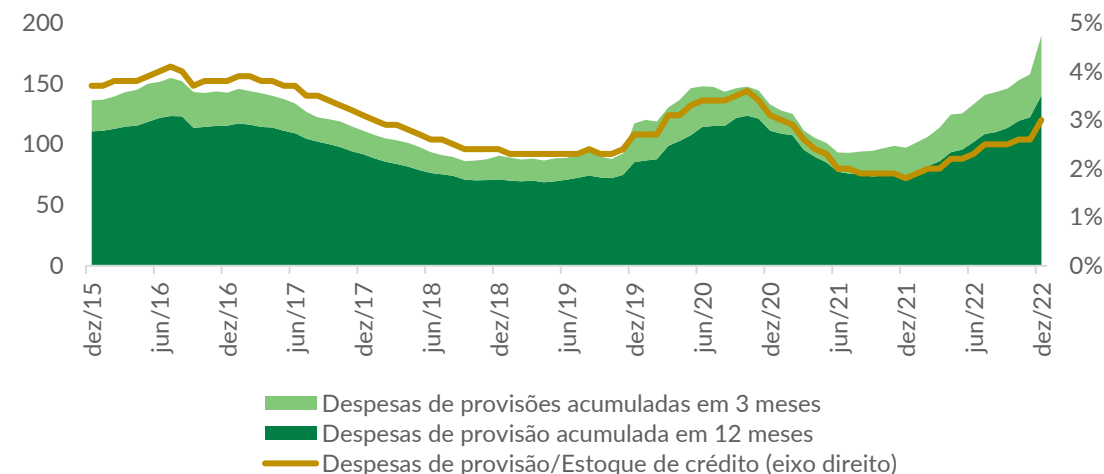
- Em 2022, o lucro líquido do sistema bancário foi de R\$ 139,1 bilhões ante R\$ 136,8 bilhões em 2021, o que representou uma elevação de apenas 1,7% no ano. Após recuperar-se para os níveis observados antes da pandemia, a rentabilidade voltou a diminuir. Refletindo o resultado de juros, o aumento das provisões e uma leve piora da eficiência operacional, o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) saiu de 15,7% em dez/21 para 14,7% em dez/22.
- Apesar da parcela dos ativos totais do sistema bancário detida pelas IFs com resultados negativos não ser representativa, houve nesse indicador um aumento de 1,0% em dez/21 para apenas 3% em dez/22. Das 134 IFs participantes do sistema bancário, 29 tiveram prejuízo em 2022, enquanto em 2021 os números eram, respectivamente, 135 e 20.
- O resultado do sistema deve continuar sobre pressão no médio prazo com a evolução menos favorável para a inadimplência e provisões, a tendência de uma atividade econômica mais fraca em 2023 e um crescimento menor do crédito.

Resultados de Intermediação

Margem de Juros



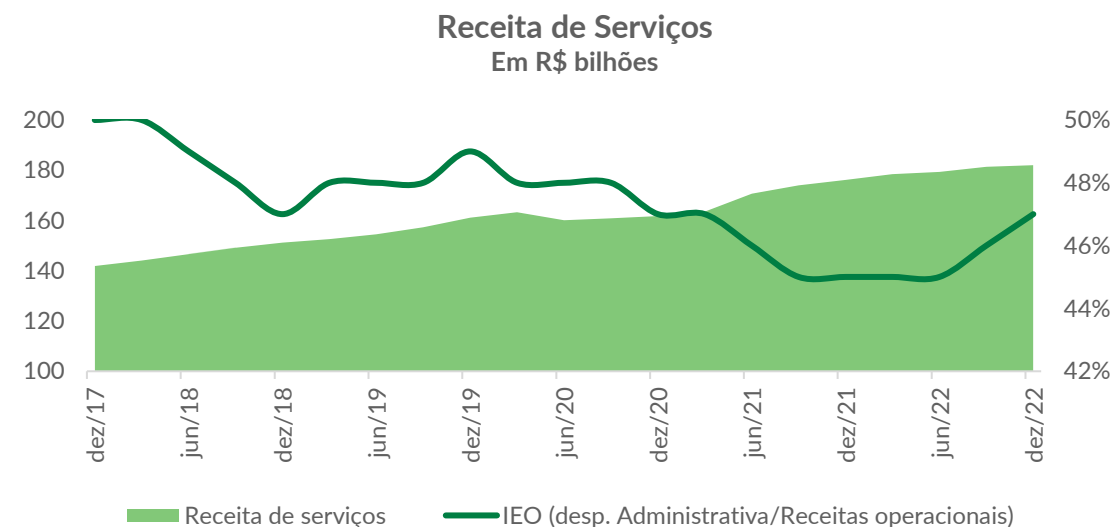
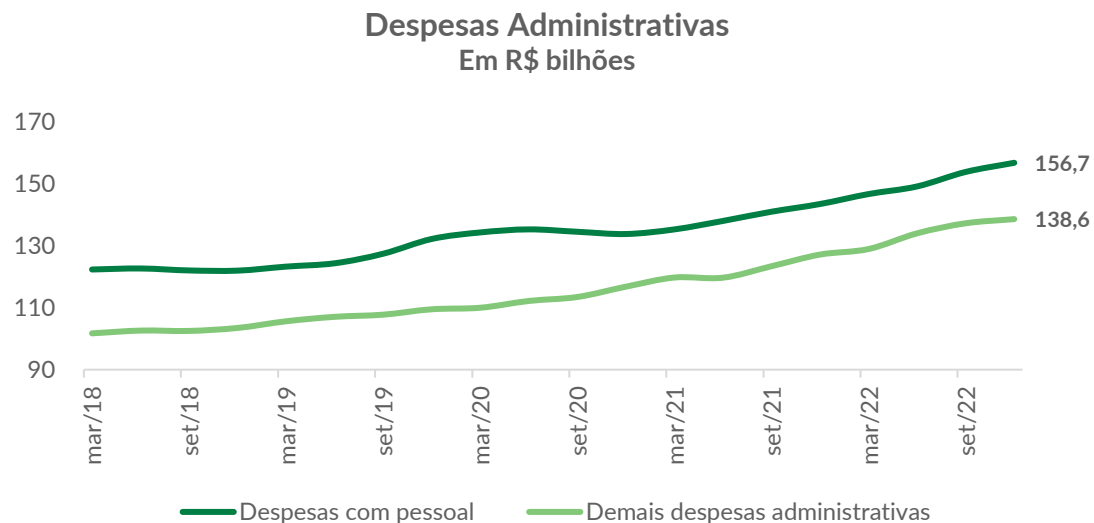
Despesas de Provisões Em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central do Brasil

- O NII (*Net Interest Income*) que se refere à diferença entre as rendas relacionadas aos ativos geradores de recebimentos de juros (ativos de tesouraria e de crédito) e as despesas relacionadas aos passivos (captações) foi positivo em 2022, com os ganhos financeiros obtidos nas operações de tesouraria superando a queda no resultado do crédito.
- O NII de crédito recuou por conta da elevação da Selic, com a renda da renovação gradual da carteira de crédito a taxa mais altas não compensando o aumento do custo de captação das IFs. Em 2022, o indicador reduziu-se em -1,7 p.p. para 7,4%. Como há concentração das captações em instrumentos pós-fixados e de prazo médio menor, o custo tende a responder de forma mais rápida às variações da Selic do que a receita gerada na carteira de empréstimos. Assim, a tendência em ciclos de aperto monetário é o de se reduzir a margem de crédito. A estabilização da taxa Selic, a partir de ago/22, acomodou a margem de tesouraria, porém mesmo assim elevou-se em 1,3 p.p. em 2022 para 4,0%. Já a margem ajustada ao risco recuou -1,0 p.p. no ano para 4,1% refletindo o aumento das despesas de provisões.
- Acompanhando o crescimento dos APs relacionado ao aumento do nível de comprometimento das famílias e a redução da capacidade de pagamento de micro e pequenas empresas, as despesas de provisões aproximaram-se dos níveis observados durante a pandemia. A materialização do risco no caso Americanas contribuiu para a elevação significativa das provisões na ordem de 25% no 4T22, consequentemente respondendo por uma parcela relevante do recuo da rentabilidade do sistema. Em 2022, houve um aumento de 88,2% em termos nominais das despesas de provisões que passaram de um total de R\$ 74,5 bilhões em 2021 para R\$ 140,2 bilhões.

Eficiência Operacional

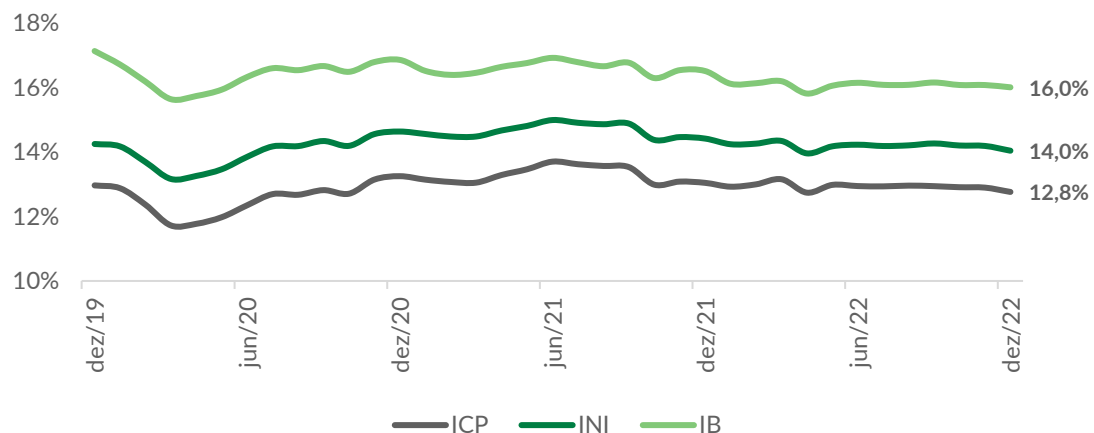


Fonte: Banco Central do Brasil

- Em 2022, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 156,7 bilhões contra R\$ 143,4 bilhões no ano anterior, o que representou um aumento de 3,3% em termos reais. Por sua vez, as demais despesas administrativas foram de R\$ 138,6 bilhões no ano ante R\$ 127,2 bilhões em 2021. Com isso, o total das despesas administrativas acumulou uma alta real de 3,0% no ano.
- Dessa maneira, o índice de eficiência operacional (IEO) apresentou leve piora no ano, refletindo o crescimento maior das despesas administrativas em relação às receitas de serviços, que subiram 3,4% no ano, totalizando R\$ 182,1 bilhões. Por causa do cenário econômico mais adverso, houve uma evolução modesta ou até negativa da maioria das linhas de serviço, mesmo com o avanço dos resultados com serviços de pagamento. Assim, o IEO encerrou 2022 em 47% ante 45% no encerramento de 2021.

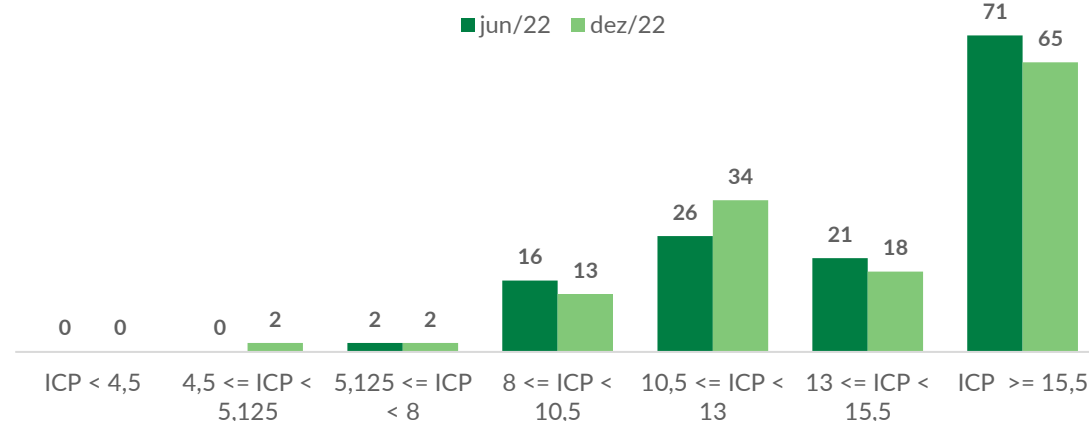
Solvência

Índices de Capitalização e Exigência Regulatória



Fonte: Banco Central do Brasil

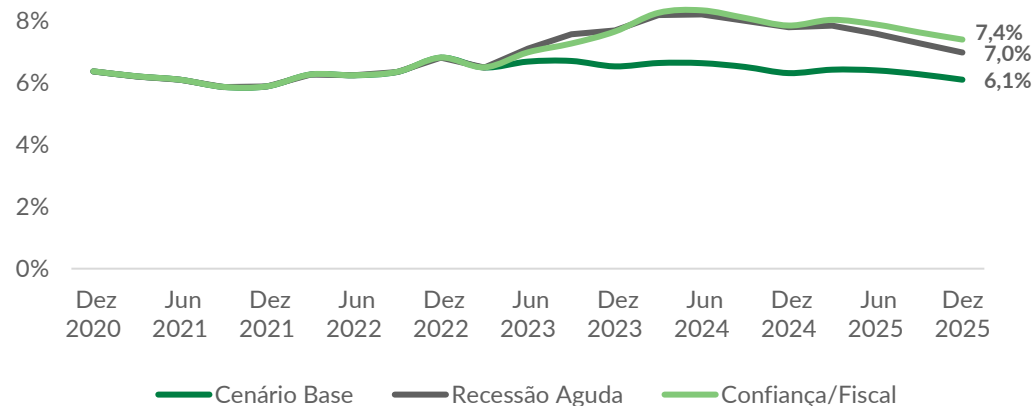
Distribuição de Frequência ICP
Em quantidade de IFs



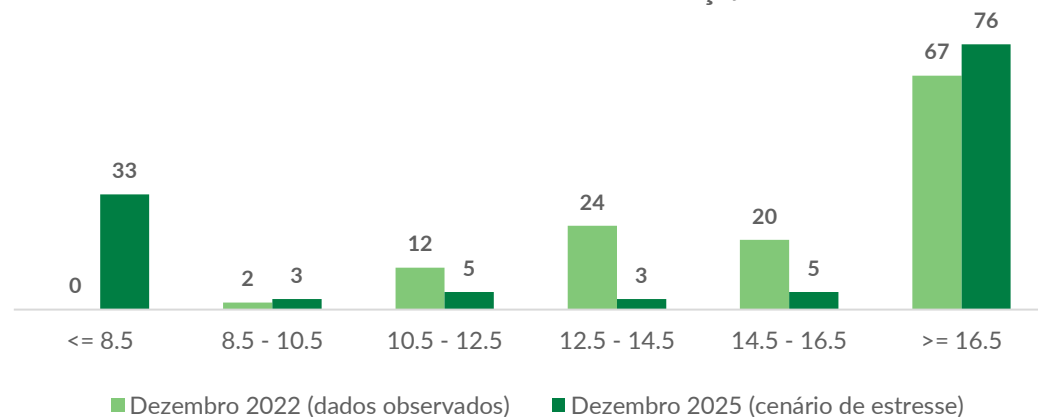
- O sistema bancário mantém-se sólido e apto a conservar o funcionamento da intermediação financeira, não representando dessa forma um entrave para a expansão da oferta de crédito. Apesar da redução em 2022, os índices de capitalização permanecem confortavelmente acima dos mínimos regulamentares. No ano, o Índice de Capital Principal (ICP) recuou -0,3 p.p. para 12,8%, enquanto o Índice de Basileia (IB) caiu -0,5 p.p. para 16,0%.
- Quase todas as IFs são capazes de atender ao requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) utilizando exclusivamente o Capital Principal. As 4 IFs que estão com o ICP abaixo de 8,0%, representavam apenas 0,55% dos ativos totais do sistema.
- A menor retenção dos lucros no 2º semestre não foi obstáculo para a continuidade do incremento da base de capital do sistema. Por outro lado, a queda dos ajustes relacionados a crédito tributários de prejuízo fiscal e ativos intangíveis e as emissões de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar e ao Nível II resultaram em aumento nos valores de todos os níveis de capital.

Testes de Estresse

**Projeção dos Ativos Problemáticos
Em % da carteira total**



**Distribuição de Frequência dos Ativos
Por faixa de IB - Cenário confiança/fiscal**



Fonte: Banco Central do Brasil

- Em seus testes de estresse, o BC aplicou 2 cenários macroeconômicos adversos que ocorreriam a partir de 2T23. O 1º supunha uma queda significativa na demanda doméstica e internacional, na inflação e na taxa de juros. Já o 2º, caracterizava-se por um significativo aumento da incerteza, associado a uma situação de expectativa de deterioração fiscal e monetária, que levaria a aumento dos prêmios de risco, depreciação cambial acentuada, elevação da taxa de juro neutra da economia e contração da atividade. Os resultados dos testes mostraram que a necessidade estimada de capitalização do sistema foi baixa.
- Os resultados das análises de sensibilidade indicam boa resistência aos fatores de risco, simulados isoladamente. A necessidade estimada de capitalização é baixa em ambos os cenários simulados, atestando a adequada capacidade para absorção de perdas. O sistema apresenta baixa sensibilidade a choques na taxa de câmbio. Somente um choque positivo muito elevado na taxa de juros poderia gerar alguma necessidade de capital. Choques incrementais no risco de crédito indicaram que haveria baixa necessidade de capital se os APs atingissem a maior marca histórica.
- O teste de estresse de liquidez indica que o sistema bancário mantém colchão de liquidez adequado para suportar a saída de depositantes em potencial cenário de estresse e da mesma forma saídas de caixa para honrar chamadas de margens e garantias, além de potenciais desvalorizações nos ativos líquidos. Os títulos contabilmente classificados como mantidos ao vencimento (MAV) representavam 4,20% do ativo total do sistema. Para as IFs com esses instrumentos avaliou-se a capacidade de mantê-los em carteira, o exercício demonstrou que praticamente a totalidade dos conglomerados detentores de MAV possuem ativos líquidos superiores ao potencial de saída de recursos. Para os demais, a diferença entre o valor de mercado dos papéis e o valor na curva é inferior à folga de capital regulamentar que eles mantêm.
- Simulação sugere baixa necessidade de recursos para capitalizar o sistema devido ao contágio causado pela saída de uma das IFs individualmente, beneficiada pelo bom nível de capitalização do sistema e pela existência do limite de exposição por cliente. No pior caso, a necessidade ficaria abaixo de 1% do patrimônio de referência (PR) agregado.

Pesquisa de Estabilidade Financeira

	Frequência média (citações/IF)			Probabilidade	Impacto
	Ago/2022	Nov/2022	Fev/2023		
Cenário internacional	1,13	1,05	0,85	Médio-Alta	Médio
Riscos fiscais	0,67	0,62	0,81	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	0,42	0,41	0,43	Médio-Alta	Médio
Riscos exclusivamente políticos	0,33	0,22	0,18	Médio-Alta	Médio
Inflação doméstica	0,25	0,18	0,17	Médio-Alta	Médio
Risco	Frequência (%)			Probabilidade	Impacto
	Ago/2022	Nov/2022	Fev/2023		
Riscos fiscais	23	24	49	Médio-Alta	Alto
Cenário internacional	40	37	19	Médio-Alta	Alto
Inadimplência e atividade	13	16	14	Médio-Alta	Alto
Riscos exclusivamente políticos	12	5	7	Médio-Alta	Alto
Inflação doméstica	12	6	2	Médio-Alta	Alto
Canal de Transmissão	Mediana				
	Ago/2022	Nov/2022	Fev/2023		
Contágio entre mercados e instituições domésticas	4	4	4		
Congelamento de liquidez, incluindo mercado interbancário e linhas de crédito do exterior	3	3	3		
Queda expressiva de preços de ativos financeiros domésticos, inclusive garantias	4	4	4		
Aumento da aversão ao risco e de incerteza, afetando decisões correntes de consumo e investimento	4	4	5		
Queda de confiança dos depositantes, incluindo movimentos caracterizados com "flight-to-safety"	3	3	3		
Fuga de capitais e/ou depreciação cambial relevante	4	4	4		
Downgrade de rating de crédito, incluindo rating soberano, de forma ampla e disseminada	3	4	4		

Fonte: Banco Central do Brasil

- Com a amostra da pesquisa realizada em fev/2023 incluindo instituições supervisionadas por outras entidades reguladoras, o total de respondentes subiu de 52 para 98, dos quais 74 eram supervisionados pelo BC e representavam 89,9% dos ativos do segmento em dez/2022 e 24 pela CVM, Previc ou Susep.
- Os riscos fiscais passaram a ser os mais importantes à estabilidade financeira e piorou a percepção com relação ao risco fiscal, destacando-se as preocupações com a sustentabilidade da dívida pública e as incertezas quanto à condução da política fiscal. A disposição das IFs em conceder crédito foi também impactada pela percepção do ciclo econômico.
- Apesar da alta frequência nas citações, os riscos do cenário internacional tiveram menos proeminência, e os riscos exclusivamente políticos e os relacionados à inflação doméstica perderam força.
- Embora as tensões geopolíticas continuem sendo apontadas como riscos relevante, diminuíram as preocupações com o cenário internacional. A pesquisa refletiu a melhora na percepção da desinflação e da atividade global, contudo, muitas das sinalizações da pesquisa estão comprometidas, pois foi realizada antes dos eventos no setor bancário nos EUA e Suíça e do encaminhamento da proposta do novo arcabouço fiscal.



Assessoria Econômica



abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte –
Cerqueira César São Paulo –SP



Tel: (55) 11 3288-1688